

Uma visão crítica da concepção searliana do inconsciente freudiano

Carmen Beatriz Milidoni

Como citar: MILIDONI, C. B. Uma visão crítica da concepção searliana do inconsciente freudiano. *In:* GONZALES, M. E. Q.; BROENS, M. C. (org.). **Encontro com as Ciências Cognitivas**. Marília: Unesp Marília Publicações, 1998. 2 v. p. 247-254. DOI: <https://doi.org/10.36311/1998.85-86738-03-4.p247-254>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

UMA VISÃO CRÍTICA DA CONCEPÇÃO SEARLIANA DO INCONSCIENTE FREUDIANO

Carmen Beatriz MILIDONI¹

Pretendemos discutir aqui alguns pontos da crítica do inconsciente freudiano empreendida por John Searle no capítulo 7 de sua obra *The rediscovery of the mind*, e adotarmos um posicionamento a esse respeito. Isto implica primeiramente em caracterizar, mesmo que de modo sumário, a concepção searliana de *consciência* e de *inconsciente*. Vejamos o primeiro tópico. Para o filósofo americano, a consciência é, ao mesmo tempo, o principal fenômeno mental e também um fenômeno essencialmente biológico, e todo o ar de mistério que possa rondar esse fenômeno deve-se ao insuficiente avanço das ciências neurobiológicas, que seriam as responsáveis por explicar de que maneira a consciência (como qualquer outro estado mental, aliás) é causada por processos neurofisiológicos ocorrentes no cérebro. A tese de Searle é que a consciência é uma propriedade do cérebro que, pelo fato de surgir através de certas atividades neuronais, poderia ser vista como uma **propriedade emergente** do cérebro. Diz Searle em *O mistério da consciência* (1998, p. 44):

Uma propriedade emergente de um sistema é aquela que é causalmente explicada pelo comportamento dos elementos do sistema; mas, não é uma propriedade de quaisquer elementos individuais e não pode ser explicada simplesmente como uma soma das propriedades desses elementos. A liquidez da água é um bom exemplo: o comportamento das moléculas de H₂O explica a liquidez, mas as moléculas individuais não são líquidas.

Por outro lado, sustenta Searle nas páginas 223-4 da mesma obra que a consciência é **irredutível** a qualquer propriedade material, contrastando nisto com a propriedade de liquidez da água - para prosseguir com o mesmo exemplo -

¹ Departamento de Filosofia – Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – 17525-900 – Marília – SP.

liquidez essa que seria redutível ao comportamento de certas moléculas. E isto é assim porque a consciência tem uma ontologia de primeira pessoa ou subjetiva, que não admite redução a nada que tenha uma ontologia de terceira pessoa ou objetiva.

Passemos agora a examinar a caracterização searlina de *inconsciente*, remetendo-nos ao capítulo 7 de *The rediscovery of the mind*. Ao longo das páginas 152-3 argüi Searle no sentido de que só é possível ter uma noção de inconsciente como aquilo que é potencialmente consciente ou que só pensamos no inconsciente com base no modelo da consciência. Assim, - sustenta o autor - de um ponto de vista ingênuo ou pré-teórico, só podemos conceber um estado mental inconsciente em termos de um estado consciente “menos a consciência”. Mas - se pergunta Searle - como seria possível subtrair a consciência de um estado mental e ainda assim considerá-lo um estado **mental**? A resposta seria a seguinte: tudo indica que a maneira ingênua ou pré-teórica de enxergar um assunto tão obscuro como é a existência de um estado mental inconsciente como se tratasse de algo *óbvio* teria sido consequência da difusão e popularidade da psicanálise freudiana.

Para Searle não haveria estados mentais inconscientes, ou um inconsciente mental, como admite Freud, já que tudo o que acontece dentro do cérebro seriam processos neurofisiológicos e consciência. Assim na página 168 de *The rediscovery of the mind*, afirma Searle:

Na minha descrição, falar sobre a mente inconsciente é meramente falar sobre as capacidades causais da neurofisiologia para causar estados conscientes e comportamento consciente. Isto fica mais claro se atentarmos para o postulado mor de Searle (de n.º 5) com relação ao estatuto dos estados mentais inconscientes. Conforme tal postulado, ‘a ontologia de estados mentais inconscientes, durante o tempo em que são inconscientes, consiste inteiramente na existência de fenômenos puramente neurofisiológicos’. (Searle, 1992, p. 159).

Postulado esse que fica nuançado quando Searle reconhece que esses estados inconscientes são **conteúdos possíveis** da consciência e, portanto, possuidores de intencionalidade em algum nível. O que resulta no postulado 6: “A noção de um estado intencional inconsciente é a noção de um estado consciente possível”. (Searle, 1992, p. 159). Para concluir no postulado 7: “A ontologia do inconsciente consiste em características objetivas do cérebro capazes de causar pensamentos conscientes

subjetivos”. (Searle, 1992, p. 160).

Searle comenta, com certa ironia - já que ele apelará para um conceito usado pelo behaviorismo lógico e por ele criticado como sendo pouco claro no capítulo 2 da obra em apreço - que sua concepção de mente terminou conduzindo-o para um tipo de análise de fenômenos mentais inconscientes em termos de *disposições*, só que fazendo a ressalva de que não se trataria de disposições para comportamentos mas, simplesmente de disposições para pensamentos conscientes, inclusive pensamentos conscientes manifestados em comportamento, e que ele está falando de estados disposicionais do **cérebro**. Assim sendo, o conceito de intencionalidade inconsciente é aquele de uma *latência* relativamente a sua *manifestação* na consciência.

Depois de termos visto que uma das críticas fundamentais de Searle ao inconsciente freudiano está direcionada à concepção, por parte de Freud, da existência de estados mentais inconscientes que são estados mentais efetivos e não disposições cerebrais, passemos a considerar outros aspectos da crítica searlina do inconsciente freudiano e a esboçar algumas conclusões que expressem nosso ponto de vista.

Nossa principal e mais geral assunção é que não haveria, de um ponto de vista epistemológico, uma incompatibilidade de princípio entre as concepções freudiana e searlina da vida mental e sim diferenças que tem a ver fundamentalmente com questões metodológicas quanto ao tratamento dos fenômenos mentais. Por outro lado, a forma de Freud lidar com a ontologia do inconsciente seria tributária de sua concepção da vida psíquica como algo essencialmente representacional e ligado a circuitos de memória, onde a percepção própria da consciência é algo que pode ou não estar presente, mesmo que seja de suma importância e ineliminável para a compreensão da vida psíquica como um todo.

Leiamos este trecho de *Esboço de psicanálise*, obra freudiana de 1938, de publicação póstuma (1940), para aferir quais são os pressupostos epistemológicos de base da teoria freudiana. Diz Freud:

A Psicanálise fez uma suposição básica, cuja discussão se reserva ao pensamento filosófico, mas a justificação da qual reside em seus resultados.

Conhecemos duas espécies de coisas sobre o que chamamos nossa psique (ou vida mental): em primeiro lugar, seu órgão corporal e cena de ação, o cérebro (ou sistema nervoso) e, por outro lado, nossos atos de consciência, que são dados imediatos e não podem ser mais explicados por nenhum tipo de descrição. Tudo o que jaz entre eles é-nos desconhecido, e os dados não incluem nenhuma relação direta entre estes dois pontos terminais de nosso conhecimento. Se existisse, no máximo permitir-nos-ia uma localização exata dos processos da consciência e não nos forneceria auxílio no sentido de compreendê-los. (Freud,, 1964a, v. 23, p. 169).

E Freud acrescenta logo:

Presumimos que a vida mental é função de um aparelho ao qual atribuímos as características de ser extenso no espaço e de ser constituído por diversas partes - ou seja, que imaginamos como semelhante a um telescópio, microscópio, ou algo desse gênero. Não obstante algumas tentativas anteriores no mesmo sentido, a elaboração sistemática de uma concepção como esta constitui uma novidade científica. (Freud, 1964a, v. 23, p. 169).

Recordemos agora que Searle dizia, na página 168 de *The rediscovery of the mind*, que tudo o que acontecia dentro do cérebro eram processos neurofisiológicos e consciência. Pois é. Não vemos incompatibilidade de princípio entre as posições searliana e freudiana. O que acontece é que o tratamento que Freud faz dos fenômenos mentais inconscientes passa pela mediação de uma metáfora espacial do psíquico, onde os estados mentais inconscientes podem ser vistos fundamentalmente como representações que estariam localizadas em um sistema ou *região* do aparelho psíquico, o Ics., de maneira a ficar inacessíveis à consciência, pelo menos através de um trabalho normal de pensamento. Por outro lado, a partir de sua última teoria do aparelho psíquico em *O ego e o id* (1923), Freud verá o inconsciente de alguma maneira adjetivado, mais como uma qualidade psíquica de um certo estado mental do que como uma região da vida psíquica. É verdade que para Freud a qualidade de ser inconsciente tem dois sentidos bem diferentes, 1º) um sentido descritivo ou fraco; com efeito, tal qualidade descreve o fato de um determinado fenômeno mental não estar presente à consciência em determinado momento mas de ser, todavia, potencialmente consciente (é o que Freud denotava por fenômeno “pré-consciente”);

2º) um sentido forte: a mentada qualidade remeteria para um estado mental, que geralmente sofreu repressão, e que é inacessível à consciência a não ser que se exerça sobre ele um determinado trabalho regrado por uma técnica especial, que é o trabalho de análise (possibilidade esta que não é lembrada por Searle, diga-se de passagem).

Para Searle, não há maiores dificuldades em admitir a primeira das duas situações contempladas acima (Searle, 1992, p. 173), já que a mesma coadunaria com o por ele chamado “princípio de conexão”, segundo o qual todos os estados mentais inconscientes são em princípio acessíveis à consciência (Searle, 1992, p. 156). Mas, no que tange à segunda possibilidade, ele é taxativamente contra: para o autor, não podemos afirmar que fenômenos mentais inacessíveis à consciência existam, já que, além de não haver nenhuma evidência de sua existência, a postulação dos mesmos violaria uma imposição lógica no tratamento dos fenômenos mentais, violação essa que consistiria em negar o caráter aspectual da intencionalidade própria dos fenômenos mentais, caráter aspectual esse que não pode ser plenamente caracterizado apenas em termos de predicados de terceira pessoa, que é o que aconteceria com os estados mentais inconscientes (Searle, 1992, p. 156-8).

É verdade que tanto o estatuto das representações mentais na teoria freudiana, como a atribuição de intencionalidade, por parte de Freud, a representações inconscientes, são assuntos um tanto misteriosos. A diferença de Searle, para quem a intencionalidade é “aquela propriedade de muitos estados e eventos mentais pela qual estes são dirigidos para, ou acerca de, objetos e estados de coisas no mundo” (Searle, 1983, p. 1), Freud teria assumido o conceito de intencionalidade postulado por Brentano em *A psicologia do ponto de vista empírico*. Em tal obra, Brentano afirma que a intencionalidade é o traço distintivo principal dos fenômenos psíquicos e define intencionalidade em termos da referência a um conteúdo ou da direção a um objeto por parte dos estados ou processos mentais. Assim, todo estado mental conteria em si mesmo alguma coisa a título de objeto. O que estaria em jogo seria, pois, uma objetividade imanente.

Mas Freud vai apelar só parcialmente - embora de maneira essencial - ao conceito de intencionalidade na sua caracterização de representação mental enquanto estado que é, a princípio, não consciente. Há em Freud uma outra perspectiva da qual a natureza da representação mental é enxergada, perspectiva na

qual parece estar ausente a dimensão da intencionalidade. Trata-se da concepção de representação enquanto traço de memória desprovido de qualquer qualidade. Concepção esta que convive, por assim dizer, com uma concepção de representação mental em termos da filosofia clássica ou melhor cartesiana, isto é, como imagem de coisas, e à qual se aplicaria o *vetor* intencionalidade.

Poderíamos ilustrar este ponto com a conceituação freudiana de *desejo* que é oferecida no capítulo VII de *A interpretação dos sonhos*, o que é feito em estreita ligação com o nível representacional, que é um nível mnemônico. Parte-se de uma prototípica situação inicial, que Freud chama “vivência de satisfação”, em que o sujeito imaturo teria eliminado, com a ajuda externa, e experimentando ao mesmo tempo uma sensação prazerosa, uma excitação desprazerosa provocada por uma necessidade de ordem vital (pensemos no caso da fome). Em decorrência dessa vivência irá se estabelecer no aparelho psíquico da pessoa uma associação entre a imagem mnêmica da percepção ligada à sensação de prazer (a imagem do ato de nutrição, digamos) e o traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade. O desejo seria assim a moção (movimento ou impulso de natureza psíquica) que partindo de um acúmulo de excitação produzida pela necessidade e sentida como desprazerosa, *correria* atrás da imagem mnêmica da percepção de satisfação dessa necessidade (o que implica em dizer que o desejo procuraria mesmo reeditar a dita percepção). O circuito do desejo teria como ponto de partida uma sensação de desprazer e como meta a desapareição da mesma ou a obtenção de uma sensação de prazer. Esse circuito implicaria em pôr em conexão dois elementos representativos. O elemento representativo inicial seria um traço mnêmico (o da excitação que fora provocada pela necessidade) e o elemento representativo terminal, uma certa imagem mnêmica que representa o objeto de desejo, isto é, aquilo que o desejo deseja. Trata-se claramente, neste último caso, de uma representação provida de *intencionalidade*. Todavia, a atribuição de intencionalidade à imagem de desejo se dá primariamente aqui - é preciso aceitar - nesse nível de *terceira pessoa* aludido por Searle em que a forma aspectual da intencionalidade só aparece de maneira precária.

De todos modos, Searle não faz melhor. Ele nos diz:

Há uma profusão de fenômenos mentais inconscientes, mas, na medida em que são genuinamente *intencionais*, têm de preservar, em certo sentido,

sua forma aspectual mesmo quando inconscientes, porém o único sentido que podemos dar à noção de que eles preservam sua forma aspectual quando inconscientes é que eles são conteúdos possíveis da consciência (Searle, 1992, p. 159-60).

Para finalizar, e quanto à afirmação freudiana de que os estados mentais são inconscientes “em si mesmos”, o que provoca o arrepio de Searle (1992, p. 168), é bom nos remetermos para esta consideração feita por Freud também em *Algumas lições elementares de psicanálise*: “O psíquico, seja qual for sua natureza, é em si mesmo inconsciente e provavelmente semelhante em espécie a todos os outros processos naturais de que obtivemos conhecimento”. (Freud, 1964b, p. 317-8).

O problema então, pensamos nós, é que como Freud não teve condições para *naturalizar* a Psicanálise, embora o almejasse e apostasse em que isso poderia acontecer no futuro, deixou para nós um conjunto de categorias que, se tomadas isoladamente ou de forma excessivamente literal, tornariam os argumentos freudianos, como pensa Searle, não tanto conclusivos ou inconclusivos quanto fatalmente vazios. (Searle, 1992, p. 167).

Gostaríamos de encerrar este trabalho fazendo uma rápida referência à posição que, segundo nós, Freud teria assumido com relação ao chamado problema da relação mente-corpo. Pensamos que Freud se comportou, a partir de 1900, quando da publicação de *A interpretação dos sonhos*, como um **dualista metodológico**, posto que o avanço da neurobiologia na época não lhe deixava outra opção. Mas é bem possível que a posição freudiana de princípio - e isto se torna mais claro lendo o *Projeto de uma psicologia* de 1895 - não estivesse muito longe da solução emergentista de Searle, com a ressalva de que os estados mentais inconscientes não desapareceriam na qualidade de estados mentais efetivos, mas poderiam ser caracterizados à luz de outras perspectivas adquiridas de abordagens pertencentes, quiçá, a uma nova ciência da mente.

Referências Bibliográficas

- BRENTANO, F. *Psychologie du point de vue empirique*. Trad. M. Gandillac. Paris: Aubier-Montaigne, (1874) 1944.
- FREUD, S. *Projeto de uma psicologia*. Trad. O. F. Gabbi Júnior. Rio de Janeiro: Imago, (1895)1995.
- _____. *The interpretation of dreams*. London: Hogarth Press, (1900) 1953. v. 5, cap. 7. (Standard Edition).
- _____. *The unconscious*. London: Hogarth Press. (1915) 1957. v. 14. (Standard Edition).
- _____. *El yo el ello*. Trad. J. Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu, (1923), 1994. v. 14. (Obras Completas - Sigmund Freud).
- _____. *An outline of psychoanalysis*. London: Hogarth Press, (1940 [1938]) 1964a. v. 23. (Standard Edition).
- _____. *Some elementary lessons in psychoanalysis*. London: Hogarth Press, (1940 [1938]) 1964b. v. 23. (Standard Edition).
- MONZANI, L. R. *Freud - o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.
- SEARLE, J. R. *Intentionality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- _____. *Mind, brain and science*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- _____. *The rediscovery of the mind*. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- _____. *O mistério da consciência*. Trad. A. Y. P. Uema e V. Safatle. São Paulo: Paz e Terra, (1997) 1998.